

Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica Gerência de Gestão de Contratos

TERMO DE CONTRATO №. 042/2024/SEMA QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E A EMPRESA SAWAGE EMPRESA DE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA.

O ESTADO DE MATO GROSSO, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO

AMBIENTE - SEMA, inscrita no CNPJ/MF sob o n. º 03.507.415/0023-50, criada pela Lei Complementar nº. 214, de 23 de junho de 2005, e competências atribuídas na Lei Complementar nº 612, de 28 de janeiro de 2019, com sede na Rua C, esquina com a Rua F, Centro Político Administrativo - CPA, neste ato representada pelo Secretário Adjunto Executivo de Meio Ambiente, Sr. Alex Sandro Antônio Marega, brasileiro, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº. 015XXXXXXXX - Detran/PR e do CPF nº. 022.XXX.XXX.XX, nomeado pelo Ato Governamental nº 1.628/2019 de 28/03/2019, com suas atribuições definidas na Portaria nº 73/2019/GSMA/MT, de 29/01/2019, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado a empresa SAWAGE EMPRESA DE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, inscrita no CNPJ sob o nº: 36.916.104/0001-98, com sede a Rua do Catete, nº 135 - Bairro Areão, Cuiabá/MT, CEP 78010-405, telefones: (65)3618-2800, e-mail: sawage@terra.com.br, neste ato representada pelo Sr. Angelo Roberto Jacomini, portador(a) do RG n.º 7.893.703-6 SSP/SP e CPF/MF nº 786.999.758-72, aqui denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato, com fulcro no art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021, Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), bem como no Decreto Estadual № 1.525/2022, tendo em vista o que consta no **Processo** SEMA-PRO-2024/0009478, devidamente instruído com o Parecer nº 00113/2024/SGDMA/PGEMT, oriundo do Edital de Dispensa de Licitação № 008/2024/SEMA/MT, resolvem de mútuo acordo celebrar o presente Contrato, mediante as Cláusulas e estipulações a seguir enumeradas:

## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviço emergencial especializado de serviços de vigilância desarmada, para atender as demandas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA no interior do Estado de Mato Grosso nas unidades desconcentradas de Alta Floresta e Sinop, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, Termo de Referência nº 00042/2024/SEMA.

Página 1 de 60







#### Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica Gerência de Gestão de Contratos

1.2. Vinculam a esta contratação, independentemente de transcrição: (a) Edital de Dispensa de Licitação Nº 008/2024/SEMA/MT; (b) o Termo de Referência nº 00042/2024/SEMA.; (c) a proposta da Contratada.

#### 2. CLÁUSULA SEGUNDA - ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

2.1. Os preços do objeto contratado são os obtidos no Edital de Dispensa de Licitação № 008/2024/SEMA/MT, abaixo indicados, nas quais estão incluídas todas as despesas necessárias à sua execução (tributos, seguros, encargos sociais, etc).

#### ALTA FLORESTA - LOTE 01 - AMPLA CONCORRÊNCIA

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO MENSAL	QTD DE MESES			
01	SERVIÇO ESPECIALIZADO DE VIGILÂNCIA OSTENSIVA DESARMADA, DE NATUREZA CONTINUADA, QUE COMPREENDERÁ, ALÉM DE MÃO DE OBRA, O FORNECIMENTO DE UNIFORMES E O EMPREGO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E EPI'S NECESSÁRIOS A EXECUÇÃO DO SERVIÇO E DE ACORDO COM OBRIGAÇÕES LEGAIS VIGENTES, COM A SEGUINTE DESCRIÇÃO: POSTO DE 12X36 HORAS DIURNO (SEGUNDA-FEIRA A DOMINGO) INCLUSIVE FERIADOS. POSTO.	POSTO	1	R\$ 9.966,10	12	R\$ 119.593,20		
02	SERVIÇO ESPECIALIZADO DE VIGILÂNCIA OSTENSIVA DESARMADA, DE NATUREZA CONTINUADA, QUE COMPREENDERÁ, ALÉM DE MÃO DE OBRA, O FORNECIMENTO DE UNIFORMES E O EMPREGO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E EPI'S NECESSÁRIOS A EXECUÇÃO DO SERVIÇO E DE ACORDO COM OBRIGAÇÕES LEGAIS VIGENTES, COM A SEGUINTE DESCRIÇÃO: POSTO DE 12X36 HORAS NOTURNO (SEGUNDAFEIRA A DOMINGO) INCLUSIVE FERIADOS. POSTO.	POSTO	1	R\$ 10.738,06	12	R\$ 128.856,72		
TOTAL DO LOTE 01								

## SINOP - LOTE 02 - AMPLA CONCORRÊNCIA

Página 2 de 60







#### Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica Gerência de Gestão de Contratos

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	QTD DE MESES	VALOR TOTAL
01	SERVIÇO ESPECIALIZADO DE VIGILÂNCIA OSTENSIVA DESARMADA, DE NATUREZA CONTINUADA, QUE COMPREENDERÁ, ALÉM DE MÃO DE OBRA, O FORNECIMENTO DE UNIFORMES E O EMPREGO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E EPI'S NECESSÁRIOS A EXECUÇÃO DO SERVIÇO E DE ACORDO COM OBRIGAÇÕES LEGAIS VIGENTES, COM A SEGUINTE DESCRIÇÃO: POSTO DE 12X36 HORAS DIURNO (SEGUNDA-FEIRA A DOMINGO) INCLUSIVE FERIADOS. POSTO.	POSTO	1	R\$	12	R\$ 119.43 <b>7</b> ,68
02	SERVIÇO ESPECIALIZADO DE VIGILÂNCIA OSTENSIVA DESARMADA, DE NATUREZA CONTINUADA, QUE COMPREENDERÁ, ALÉM DE MÃO DE OBRA, O FORNECIMENTO DE UNIFORMES E O EMPREGO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E EPI'S NECESSÁRIOS A EXECUÇÃO DO SERVIÇO E DE ACORDO COM OBRIGAÇÕES LEGAIS VIGENTES, COM A SEGUINTE DESCRIÇÃO: POSTO DE 12X36 HORAS NOTURNO (SEGUNDAFEIRA A DOMINGO) INCLUSIVE FERIADOS. POSTO.	POSTO	1	R\$	12	R\$ 128.906,64
	R\$ 248.344,32					

2.2. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela execução dos serviços, o valor mensal de R\$ 41.399,52 (quarenta e um mil trezentos e noventa e nove reais e cinquenta e dois centavos), o que equivale ao valor global anual de R\$ 496.794,24 (Quatrocentos e noventa e seis mil setecentos enoventa e quatro reais e vinte e quatro centavos), pelos serviços efetivamente prestados, mediante Ordem de Serviço emitida pela GERÊNCIA DE SERVIÇOS GERAIS/COORDENADORIA DE APOIO LOGISTICO-CAL da CONTRATANTE.

**2.3.** Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, transporte, seguros, encargos sociais, etc.).

## 2.4. Descrição Global Da Solução:

**2.4.1.** A solução a ser contratada consiste em contratação emergencial para atender as unidades descentralizada de Alta Floresta e Sinop com vigilância desarmada (**CBO nº 5173-30**), onde cada unidade receberá um posto em turnos de 12x36 horas diurno e noturno de segunda-feira a domingo, sendo local com cobertura de 24 (vinte e quatro) horas.

Página 3 de 60







Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica Gerência de Gestão de Contratos

#### 3. CLÁUSULA TERCEIRA - CASOS OMISSOS

3.1. Os casos omissos serão decididos pela **Contratante**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, no Decreto 1.525/2022 e demais normas estaduais de licitações e contratos administrativos e, supletivamente as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor, normas e Princípios Gerais dos Contratos e disposições do direito privado.

#### 4. CLÁUSULA QUARTA - PRAZO DE VIGÊNCIA

**4.1**. O prazo de vigência deste termo de contrato é de **01 (ano)**, contados da assinatura deste Termo, vedada a prorrogação do Contrato, conforme determina **o art. 75, inciso VIII da Lei n.º 14.133/2021**.

#### 5. CLÁUSULA QUINTA - PRAZO, LOCAL E FORMA DE EXECUÇÃO

#### 5.1. Prazo de execução:

**5.1.1.** O prazo para início da execução dos serviços será de 24 (vinte e quatro) horas , a partir do recebimento formal da ordem de serviço.

#### 5.2 Local de execução:

**5.2.1.** A prestação dos serviços, incluído tudo que for necessário para a operacionalização da prestação dos serviços especificados neste Termo de Referência serão realizados no(s) seguinte(s) endereço(s):

- 1. Alta Floresta-MT, Rua Luiz Ogliaria (F7), s/n.°, Setor F;
- 2. Sinop-MT, Avenida das Palmeiras, 889, Centro.

## 5.3. Forma de execução.

**5.3.1.** A execução contratual será de forma indireta e o regime de execução será por preço global, devendo observar as rotinas abaixo:

Página 4 de 60

Rua C esquina com rua F, Centro Político Administrativo • CEP: 78.049-913 • Cuiabá • Mato Grosso • sema.mt.gov.br (65) 3613-7313





#### Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica Gerência de Gestão de Contratos

**5.3.2.** Os postos de vigilância lotados nas unidades descentralizadas de **Alta Floresta e Sinop**, quando encerrar o expediente de trabalho (após as 17:00 horas) deverá trancar os acessos como porta, portões e janelas e realizar rondas periódicas nos locais de maior fragilidade.

# 5.4 Descrição detalhada do serviço, seus métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

- a) Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do Posto de trabalho, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida da empresa, bem como as que entenderem oportunas;
- b) Permitir o ingresso nas instalações somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas;
- c) Fiscalizar a entrada e saída de veículos nas instalações, identificando o motorista e anotando a placa do veículo, inclusive de pessoas autorizadas a estacionar carros na área interna da **Contratante**;
- d) Controlar rigorosamente a entrada e saída de veículos e pessoas após o término de cada expediente de trabalho, feriados e finais de semana, anotando em documento próprio o nome, registro ou matrícula e tarefa a executar;
- e) Impedir o ingresso de vendedores, ambulantes e assemelhados às instalações, sem que estes estejam previamente autorizados pela **Contratante**;
- f) Assumir diariamente o posto de trabalho, devidamente uniformizado, barbeado, cabelos aparados, limpos e com aparência pessoal adequada.
- g) Executar rondas diárias, conforme a orientação recebida, verificando as dependências, as instalações, adotando os cuidados e providências necessárias para a manutenção da tranquilidade;
- h) Impedir a saída de volume e materiais sem a devida autorização;
- i) Registrar no Livro de Ocorrência qualquer anormalidade verificada e as ações adotadas, bem como comunicar à **Contratada** e ao responsável pelo posto, as anormalidades verificadas, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- j) Exercer vigilância em todas as áreas internas e externas dos prédios, com rondas de rotina programadas em todas as dependências, vias de acesso, garagem e pátios;
- I) Assegurar que nenhum volume, objeto ou equipamento pertencente ao patrimônio público seja retirado dos imóveis da **Contratante**, sem que seu portador esteja munido de autorização de saída;
- m) Manter afixado no local de trabalho, em local visível, o número do telefone da Delegacia de Polícia da Região, do Corpo de Bombeiros, dos responsáveis pela administração e outros de interesse, indicados para o melhor desempenho das atividades.
- n) Colaborar com as Polícias Federal, Civil e Militar nas ocorrências de ordem policial no âmbito da **Contratante**, facilitando a atuação daquelas, inclusive na indicação de possíveis testemunhas do acontecimento:
- o) Operar videomonitoramento sempre que necessário.

Página 5 de 60







#### Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica Gerência de Gestão de Contratos

5.4.1 .Os postos 12 horas por 36 diurnos e noturnos, de segunda-feira a domingo incluindo feriado e pontos facultativos , serão alocados em pontos estratégicos, onde não poderá haver a interrupção da vigilância em hipótese alguma.

**5.4.2.** Fazer os relatos no livro de ocorrência descrevendo quaisquer incidentes, como local, pessoas envolvidas, comportamento suspeito, entre outros, e permanecer arquivada no estabelecimento e à disposição por um período mínimo de 5 (cinco) anos.

5.5. Requisitos de formação dos profissionais para execução dos serviços - Classificação Brasileira de Ocupações - CBO compatível é o de nº 5173-30:

**5.5.1.** A **Contratada** somente poderá designar para executar os serviços que são objeto desta contratação profissionais que preencham os seguintes requisitos:

**5.5.1.1**. De acordo com a Lei 7.102/83 e a Portaria n.º 3.233 de 2012, Artigo 155.

#### 5.6. Materiais a Serem Disponibilizados:

**5.6.1.** Para a perfeita execução dos serviços, a **Contratada** deverá disponibilizar os seguintes materiais, promovendo sua substituição quando necessário:

**5.6.1.1.** Calça; Camisa de mangas compridas ou curtas; Cinto de nylon; Bota tipo coturno; boné com emblema da Contratada; Agasalho (jaqueta) cor padrão com emblema; Capa de chuva plástico impermeável em pvc; Crachá com cordão e protetor plástico; Livro de ocorrências; apito com cordão; repelente de inseto; lanterna recarregável com fornecimento de pilha, conforme tabela Anexo I.

**5.6.2.** Os materiais elencados no item anterior devem ser fornecidos pela **Contratada** a seus empregados condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

5.6.2.1. 02 (dois) conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam às condições mínimas de apresentação;

Página 6 de 60







#### Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica Gerência de Gestão de Contratos

5.6.2.2. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

5.6.3. A carga horária semanal a ser trabalhada deverá obedecer a convenção, acordo ou dissídio coletivo celebrado entre entidades sindicais patronal e de profissional da cidade da prestação dos serviços, sendo que a jornada não poderá ser superior ao firmado em acordo ou dissídio coletivo da categoria;

5.6.4. Havendo causa impeditiva para o cumprimento dos prazos, a Contratada deverá apresentar justificativa por escrito, indicando o prazo necessário ao Fiscal Técnico/Administrativo do Contrato, que por sua vez analisará e tomará as necessárias providências para a aceitação ou não da justificativa apresentada.

#### 5.7. Do Instrumento de Medição de Resultado (IMR)

**5.7.1.** A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) ou documento equivalente, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a **Contratada**:

**5.7.1.1.** Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

5.7.1.2. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**5.7.1.3.** Nos termos do art. 23 da IN nº 01/2020/SEPLAG, a execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, sendo indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando for o caso:

5.7.1.3.1. Os resultados alcançados em relação a Contratada, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

5.7.1.3.2. Os recursos humanos empregados em função da quantidade e da formação profissional exigidas;

Página 7 de 60







Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica Gerência de Gestão de Contratos

5.7.1.3.3. A qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

5.7.1.3.4. A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;

5.7.1.3.5. O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato;

5.7.1.3.6. A satisfação do público usuário.

6. CLÁUSULA SEXTA - RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

**6.1.** O recebimento do objeto deste contrato ocorrerá de acordo com as condições estabelecidas no

Termo de Referência nº 00042/2024/SEMA e neste Contrato, sendo recebidos pelo fiscal do contrato ou

Comissão de Recebimento:

6.1.1. Recebimento Provisório:

6.1.1.1. Ao final da execução de cada período mensal, deverá ser apurado o resultado das

avaliações da execução do objeto e, se for o caso, realizada análise de desempenho e qualidade da

prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no Instrumento de

Medição de Resultado (IMR), conforme modelo no Anexo II, que poderá resultar no redimensionamento

de valores a serem pagos ao contratado, registrando-se constatações em relatório.

6.1.1.2. Após a apuração do IMR, a fiscalização deverá emitir relatório detalhado,

contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato. Deverão

também ser anexados os demais documentos que o responsável julgar necessário e, encontrando irregularidade, fixará prazo para correção. Sendo aprovado o recebimento, o responsável autorizará a

emissão da Nota Fiscal;

**5.1.1.3.** A fiscalização notificará a **Contratada** para, se for o caso, no prazo de até 05

(cinco) dias úteis, impugnar os apontamentos do Relatório ou emitir a Nota Fiscal/Fatura no valor

apurado.

6.1.1.4. Na hipótese de a Contratada apresentar impugnação ao Relatório, a fiscalização

emitirá novo Relatório, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, com a análise dos argumentos da Contratada.

Página 8 de 60

Rua C esquina com rua F, Centro Político Administrativo • CEP: 78.049-913 • Cuiabá • Mato Grosso •

sema.mt.gov.br (65) 3613-7313





#### Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica Gerência de Gestão de Contratos

A **Contratante** realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços, bem como constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

**6.1.1.5.** Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

**6.1.1.6.** O relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato.

#### 6.1.2. Recebimento Definitivo:

**6.1.2.1.** Os serviços serão **recebidos definitivamente** no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, por **servidor ou comissão** designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo as seguintes diretrizes:

**6.1.2.1.1.** Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à **Contratada**, por escrito, as respectivas correções;

**6.1.2.1.2.** Emitir Relatório Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

6.1.2.1.3. Realizar a aposição de assinatura e carimbo nas vias do Documento Auxiliar da NF-e (Danfe) ou na Nota Fiscal, emitida pelo contratado para os serviços prestados;

**6.1.2.1.4.** Na hipótese de irregularidade não sanada pela **Contratada**, a fiscalização reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à autoridade superior para procedimentos inerentes à apuração dos fatos e à aplicação das penalidades cabíveis.

**6.2.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, bem como não exclui a responsabilidade pela garantia do(s) serviços(s) executado(s) por vícios ou disparidades

Página 9 de 60







#### Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica Gerência de Gestão de Contratos

em relação às com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente, garantindo-se a Contratante as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90.

- **6.3.** Havendo necessidade premente do serviço, poderá o fiscal do contrato receber provisoriamente o objeto contratual realizado parcialmente, sem prejuízo de eventual glosa quando do recebimento definitivo.
- **6.4.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, bem como não exclui a responsabilidade pela garantia do(s) serviços(s) executado(s) por vícios ou disparidades em relação às especificações estabelecidas, verificadas posteriormente, garantindo-se ao contratante as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/1990.

#### 7. CLÁUSULA SÉTIMA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 7.1. As regras acerca das condições de pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência nº 00042/2024/SEMA e as indicadas nos itens a seguir.
- 7.2. O pagamento será efetuado pela Contratante em favor da Contratada em até 30 (trinta) dias, mediante ordem bancária a ser depositada em conta corrente, no valor correspondente, após a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo fiscal do contratante.
- 7.2.1. Em caso de atraso no pagamento, motivado exclusivamente pela Contratante, o valor devido será corrigido pelo IPCA, com apuração desde a data prevista para o pagamento até a data de sua efetiva realização.
- 7.2.2. O(s) pagamento(s) não realizado(s) dentro do prazo por eventos decorrentes da Contratada, não será(ão) gerador(es) de direito a qualquer acréscimo financeiro;
- 7.3. O pagamento será efetuado de acordo com a execução dos serviços, mediante a emissão da respectiva nota fiscal que deverá estar devidamente atestada pela Gerência responsável e/ou pela fiscalização do contrato (indicada pela autoridade competente por meio de portaria) e acompanhada dos certificados de Regularidade Fiscal perante o Estado de Mato Grosso, bem como perante a Fazenda Pública do município do domicílio ou sede da Contratada, obedecendo aos prazos estabelecidos no Decreto Orçamentário vigente, e acompanhada dos seguintes documentos:

Página 10 de 60







#### Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica Gerência de Gestão de Contratos

- 7.3.1. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda da sede ou domicílio do credor e do Estado de Mato Grosso, abrangendo inclusive débitos inscritos em dívida ativa;
- **7.3.2.** Prova de regularidade junto à Dívida Ativa do Estado, expedida pela Procuradoria-Geral do Estado da sede ou domicílio do credor e do Estado de Mato Grosso;
- **7.3.3.** Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS, em plena validade e relativa ao contratado;
- 7.3.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal e Instituto Nacional do Seguro Social INSS;
  - 7.3.5. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;
  - 7.3.6. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal da sede ou domicílio do credor.
- **7.4.** A **CONTRATADA** deverá indicar no corpo da nota fiscal, o número do contrato, nome do banco, agência e número da conta corrente onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.
- 7.4.1. As notas fiscais/faturas devem ser emitidas em nome de ESTADO DE MATO GROSSO, com o CNPJ nº. 03.507.415/0023-50 e enviadas via correio eletrônico no endereço informado pela Contratante, com todos os documentos necessários para pagamento, para serem devidamente conferidas e atestadas pelo fiscal de contrato.
- 7.5. Nos casos de aplicação de penalidade em virtude de inadimplência contratual pela Contratada, não serão efetuados pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação das respectivas obrigações, respeitado o disposto no Decreto Estadual nº 1.525/2022.
- 7.6. Não será efetuado pagamento de nota pendente de adimplemento por parte da CONTRATADA.
- **7.7.** Caso o serviço tenha sido recebido parcialmente, o pagamento da nota deverá ser equivalente apenas ao objeto recebido definitivamente, ou seja, à parte incontroversa.







Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica Gerência de Gestão de Contratos

contrato e já identificadas pela fiscalização.

**7.9.** Constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, a **CONTRATADA** será notificada, sendo devolvidas as notas fiscais/faturas para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

7.10. A Contratante não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que foram negociados com terceiros por intermédio da operação de factoring.

7.11. Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações vinculadas ao serviço contratado, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia, nem implicará aceitação definitiva dos mesmos.

7.12. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças, serão de responsabilidade da Contratada.

7.13. Não será permitido pagamento antecipado.

7.14. Os pagamentos não realizados dentro do prazo, motivados pela Contratada, não serão geradores de direito a correção de preços.

**7.15.** Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a **Contratada**:

7.15.1. Não produziu os resultados acordados;

7.15.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

**7.15.3.** Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do objeto, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**7.15.4**. Não executou o serviço com a qualidade esperada, conforme especificação contida no instrumento de medição de resultados.

**7.16.** A **Contratante** efetuará retenção na fonte de todos os tributos inerentes ao contrato em questão.

Página 12 de 60







#### Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica Gerência de Gestão de Contratos

**7.16.1.** Os prestadores de serviço e fornecedores de bens deverão emitir as notas fiscais, as faturas ou os recibos em observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

§ 1º A partir de 1º de agosto de 2023, os documentos de cobrança supracitados em desacordo com o previsto não serão aceitos para fins de liquidação de despesa, conforme PORTARIA N° 152/GSF/SEFAZ/2023, publicada no Diário Oficial do Estado em 28/07/2023.

7.17. A Contratada apresentará, trimestralmente, quando solicitado pela Contratante, sob pena de multa e retenção dos pagamentos, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, em especial quanto ao:

- 7.17.1. Registro de ponto;
- 7.17.2. Recibo de pagamento de salários, adicionais;
- 7.17.3. Horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;
- 7.17.4. Comprovante de depósito do FGTS;
- 7.17.5. Recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;
- **7.17.6.** Recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;
- **7.17.7.** Recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva.
- **7.18.** Para as operações de vendas destinadas a Órgão Público da Administração Federal, Estadual e Municipal, deverão ser acobertadas por nota fiscal eletrônica, conforme Protocolo ICMS 42/2009, recepcionado pelo artigo 355, § 6º do RICMS. Informações através do site <a href="https://www.sefaz.mt.gov.br/nfe">www.sefaz.mt.gov.br/nfe</a>.
- **7.19.** A liberação de pagamento somente ocorrerá mediante comprovação de quitação das verbas trabalhistas e previdenciárias, havendo a possibilidade de a Administração efetuar o pagamento das Página 13 de 60







#### Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica Gerência de Gestão de Contratos

verbas trabalhistas, quando estas não forem efetuadas, diretamente aos empregados.

- **7.20.** Na hipótese de fatos impeditivos do pagamento decorrentes de caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a interrupção destes fatos.
- **7.21.** A **Contratada** deverá, durante toda a execução do Contrato, manter atualizada a vigência da garantia contratual.

#### 8. CLÁUSULA OITAVA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**8.1.** O(s) recurso(s) para pagamento do(s) produto(s) será(ão) da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão/Unidade: 27101 – SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE

Projeto Atividade: 2005

Natureza de Despesa: 33.90.37

Fonte de Recurso: 1.759.0000 / 1.749.0000 / 1.708.0000

**8.2.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 9. CLÁUSULA NONA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 9.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art.96 da Lei nº 14.133, de 2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato.
- 9.1.1. A Contratada deverá apresentar a Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial, comprovante de prestação de garantia.
- 9.2. Caberá à Contratada optar por uma das seguintes modalidades de garantia:
  - 9.2.1. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, sendo estes emitidos sob a forma escritural,

    Página 14 de 60

    18. C. esquina com qua E. Centro Político Administrativo CEP: 78.049-913 Cuiabá Mato Grosso •







#### Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica Gerência de Gestão de Contratos

mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus credores econômicos, definido pelo Ministério da Economia.

**9.2.2.** Seguro-garantia, modalidade "Seguro-garantia do Prestador de Serviço", representado por apólice de seguro emitida especialmente para esse fim, devendo ter como importância segurada o valor nominal da garantia exigida e como beneficiário à **Contratante**.

9.2.3. Fiança bancária, emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

9.3. A garantia, quando em dinheiro ou PIX, deverá ser efetuada no Banco do Brasil, mediante depósito caução ou transferência bancária, em conta específica, com correção monetária, em favor da Contratante, na conta e agência a seguir informada:

AG: 3834-2 BANCO DO BRASIL

C/C: 1.042.456-3

IDENT.: SEMA/CAUÇÃO

9.4. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato, permanecendo em vigor mesmo que a Contratada não pague o prêmio nas datas convencionadas.

**9.5.** A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

**9.6.** Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o período no qual o contrato seja suspenso por ordem ou inadimplemento da Administração.

**9.7.** Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

9.8. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a Contratada ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

Página 15 de 60

Rua C esquina com rua F, Centro Político Administrativo • CEP: 78.049-913 • Cuiabá • Mato Grosso • sema.mt.gov.br (65) 3613-7313





#### Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica Gerência de Gestão de Contratos

**9.9.** No seguro-garantia é vedada a inclusão de cláusula prevendo a obrigação de comunicar a mera expectativa de sinistro por parte da **Contratante**, bem como cláusula que permita a execução do objeto do contrato por meio de terceiros;

**9.10**. A inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento), do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).

**9.10.1.** Caso o atraso seja superior a 25 (vinte e cinco) dias corridos na prestação da garantia contratual nas modalidades caução ou fiança bancária, a **Contratante** poderá promover a retenção dos pagamentos devidos à **Contratada**, até o limite do percentual estabelecido a título de garantia.

**9.10.2.** A retenção efetuada com base nesta cláusula não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira a **Contratada**.

**9.11.** A **Contratada**, a qualquer tempo, poderá substituir a retenção efetuada em razão da falta de apresentação da garantia desta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

9.12. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

**9.13**. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, esta deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

**9.14.** Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o **Contratado** obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contados da data em que for notificada.

9.15. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

**9.16.** O emitente da garantia ofertada pela **Contratada** deverá ser notificado pela **Contratante** quanto Página 16 de 60







#### Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica Gerência de Gestão de Contratos

ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).

- **9.17**. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicáveis ao contrato de seguro, nos termos do art.20 da Circular Susep n° 662, de 11 de abril de 2022.
- 9.18. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- **9.19.** O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela **Contratante** com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à **Contratada**.
- 9.20. A Contratada autoriza a Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Termo de Referência nº 00042/2024/SEMA, bem como neste contrato.
- 9.21. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- **9.21.1.** prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 9.21.2. prejuízos causados a Contratante ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
  - 9.21.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Contratante a Contratada; e
- **9.21.4**. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela **Contratada**, quando couber.
- **9.22.** A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados na subcláusula anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 9.23. Além da garantia de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, a presente
  Página 17 de 60
  Rua C esquina com rua F, Centro Político Administrativo CEP: 78.049-913 Cuiabá Mato Grosso sema.mt.gov.br (65) 3613-7313







#### Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica Gerência de Gestão de Contratos

contratação possui previsão de garantia contratual do bem a ser fornecido, incluindo manutenção e assistência técnica, conforme condições estabelecidas no **Termo de Referência** nº **00042/2024/SEMA** e neste Contrato.

- **9.24**. No caso de alteração do valor do contrato, a garantia deverá ser ajustada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 9.25. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência nº 00042/2024/SEMA.
- 9.26. O prazo de vigência da garantia independente da modalidade escolhida, deverá ser acrescido de 90 (noventa) dias do prazo de vigência do contrato, inclusive no caso de prorrogações.
- 9.27. As modalidades de garantia do produto, bem como as demais regras para cumprimento das obrigações de assistência técnica são as estabelecidas no Termo de Referência nº 00042/2024/SEMA.

#### 10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- **10.1.** Designar, servidor(es) ao(s) qual(is) caberá(ão) a responsabilidade de acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do Contrato, conforme legislação vigente.
- **10.2.** Emitir ordem de serviço estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinente para o bom cumprimento do objeto.
- **10.3.** Fornecer a **Contratada** todos os elementos e dados necessários à perfeita execução do objeto contratado, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da **Contratada** em suas dependências, desde que observadas as normas de segurança.
- 10.4. Disponibilizar local adequado para a realização do serviço.
- 10.5. Notificar a Contratada de qualquer alteração ou irregularidade encontrada na execução do Contrato.
- 10.6. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio e diário as principais ocorrências bem como, especialmente, as falhas

  Página 18 de 60







#### Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica Gerência de Gestão de Contratos

detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

- 10.7. Observar o cumprimento dos requisitos de qualificação profissional exigidos nas especificações técnicas e legais, bem como nas atribuições deste Termo e seus anexos, solicitando a Contratada as substituições, a entrega ou troca de equipamentos de proteção, e os treinamentos que se verificarem necessários.
- 10.8. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista.
- **10.9.** Efetuar o pagamento à **Contratada**, de acordo com os parâmetros de preço e prazo estabelecidos neste Contrato, no **Termo de Referência nº 00042/2024/SEMA** e no Edital.
- 10.10. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela Contratada, quando couber.
  - 10.10.1. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 10.10.2. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo se reportar somente aos prepostos ou responsáveis indicados pela Contratada;
  - 10.10.3. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa Contratada;
- **10.10.4.** Promover ou aceitar o desvio de funções dos empregados da **Contratada**, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o empregado foi contratado;
- **10.11.** Fiscalizar, mensalmente e sempre que entender necessário, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, especialmente:
  - 10.11.1.1. Registro de ponto;
  - 10.11.1.2. Recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal
    Página 19 de 60
    esquina com rua E. Centro Político Administrativo CEP: 78 049-913 Cuiabá Mato Grosso •







#### Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica Gerência de Gestão de Contratos

remunerado e décimo terceiro salário;

- 10.11.1.3. Comprovante de depósito do FGTS e das contribuições previdenciárias;
- 10.11.1.4. Recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;
- 10.11.1.5. Recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;
- 10.11.1.6. Recibo de pagamento de vale-transporte, vale-alimentação e auxílio quando for devido, na forma prevista em norma coletiva.
- **10.12.** Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato.
- **10.13.** Prestar informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante ou preposto da **Contratada**.
- **10.14.** Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela **Contratada**.
- 10.15. Notificar a Contratada de qualquer alteração ou irregularidade encontrada na execução do contrato.
- **10.16.** Inserir as informações pertinentes ao objeto contratado no sistema SIAG-C, após firmado o contrato e/ou emitir a Nota de Empenho, em atendimento à Lei de Acesso às Informações (Lei nº 12.527/2011), regulamentada pelo Decreto Estadual nº 1.973/2013.
- 10.17. Efetuar o pagamento ao contratado, nas condições estabelecidas no Termo de Referência nº 00042/2024/SEMA e no Edital, observando as disposições do Decreto Estadual nº 1.525/2022.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Assinar o Contrato no prazo de **até 05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento da convocação
Página 20 de 60







Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica Gerência de Gestão de Contratos

formal, mesmo prazo para retirada da Ordem de Serviço.

- 11.1.1. Nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-la na execução do Contrato, nos termos do art. 118 da Lei nº 14.1333/2021 e conforme disposto no Termo de Referência.
- **11.2.** Manter, durante toda a execução do Contrato, compatibilidade com as obrigações e as condições de habilitação exigidas na licitação.
- **11.3.** Cumprir, durante todo o período de execução do Contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.
- 11.4. Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência nº 00042/2024/SEMA e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste termo e em sua proposta, promovendo sua substituição sempre que necessário.
- 11.4.1. Manter seu pessoal orientado com relação a todo o funcionamento da edificação, principalmente no que se diz respeito à parte elétrica (iluminação), dentre outros;
- **11.4.2.** Zelar pela preservação do patrimônio sob sua responsabilidade, mantendo a higiene, a organização e a aparência do local de trabalho assim como o recebeu para vigilância;
- 11.4.3 . Responder, nos prazos legais, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes de salários, seguros de acidente, indenizações, tributos, vale-refeição, vale transporte, uniformes, crachás, Equipamentos de Proteção Individual EPI's e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público;
- 11.4.4 . Repor, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis contados a partir da respectiva intimação, após a devida comprovação, garantida previamente ampla defesa e contraditório, qualquer objeto da Contratante e/ou de terceiros que sido danificado ou extraviado por seus empregados;
- 11.4.5 Assumir o Posto de trabalho trajando uniformes em perfeitas condições de uso e boa apresentação pessoal;
- **11.4.6** Comunicar o Fiscal Setorial sobre todo acontecimento entendido como irregular e que possa vir a representar risco ao patrimônio da Unidade;

Página 21 de 60







#### Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica Gerência de Gestão de Contratos

**11.5.** Providenciar e zelar para que seus empregados observem o uso obrigatório dos equipamentos de Proteção, individuais (EPI's) e coletivos (EPC's), observando as condições mínimas de segurança exigidas pelas normas técnicas aplicáveis aos serviços prestados.

**11.6.** Registrar e controlar diariamente a frequência e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências nos postos em que estiver prestando o serviço.

**11.7**. Apresentar a **Contratante**, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço, os quais devem estar uniformizados, devidamente identificados por meio de crachá e, se necessário, com Equipamentos de Proteção Individual – EPI's.

11.8. No primeiro mês da prestação dos serviços, conforme art. 30, I, da Instrução Normativa nº 01/2020/SEPLAG, o contratado deverá apresentar, entre outras, a seguinte documentação:

**11.8.1.** Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso.

11.8.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela Contratada.

11.8.3. Exames médicos admissionais dos empregados do contratado que prestarão os serviços;

**11.8.4.** Declaração de responsabilidade exclusiva da **Contratada** sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;

11.8.5. Termo de Sigilo e Confidencialidade, quando couber.

11.9. Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.

Página 22 de 60







#### Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica Gerência de Gestão de Contratos

- **11.10.** Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte.
- **11.11.** Os empregados que expressamente optaram por não receber o benefício do vale transporte deverão ser descontados o respectivo valor na fatura a ser paga pela **Contratante**.
- **11.12.** Efetuar a reposição da mão de obra nos postos, em caráter imediato, em eventual ausência. Manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para atender a eventuais acréscimos solicitados pela Administração, bem como impedir que a mão de obra que cometer falta disciplinar, qualificada como de natureza grave, seja mantida ou retorne às instalações.
- 11.13. Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa Contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- **11.14.** Autorizar a **Contratante** a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- 11.15. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação permanente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.
- **11.16.** Instruir seus empregados quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a eles inerentes, especialmente sobre a obtenção de extratos de recolhimentos da contribuição previdenciária e FGTS.
- 11.17. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123/2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da Página 23 de 60







#### Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica Gerência de Gestão de Contratos

contratação, conforme previsão do art.17, XII, art. 30, §1º, II e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006.

- 11.18. Para efeito de comprovação da comunicação, a Contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.
- **11.19.** A **Contratada** deverá emitir semestralmente relatório consolidado por Órgãos/Entidades com as informações pertinentes ao objeto e enviar para a Secretaria Adjunta de Patrimônio e Serviços/SEPLAG, a fim de subsidiar futuras contratações.
- **11.20.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos.
- **11.21.** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da **Contratante**, bem como as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências da **Contratante**.
- **11.22.** Executar os serviços de forma a garantir os melhores resultados, cabendo a **Contratada** otimizar a gestão de seus recursos humanos, com vistas à qualidade dos serviços e à satisfação da **Contratante**.
- **11.23.** Atender as necessidades da **Contratante**, dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
- **11.24.** Comunicar no prazo de até 02 (dois) dias úteis a **Contratante** qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária, telefone, e-mail e outros julgáveis necessários para o recebimento de correspondência.
- **11.25.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela **Contratante** ou por seus responsáveis, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução dos serviços;
- **11.26.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente no local dos serviços que se verifique;





#### Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica Gerência de Gestão de Contratos

de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

- **11.28.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços.
- 11.29. Realizar o(s) serviço(s) contratado(s), nos termos, prazos, quantidades, qualidade e condições estabelecidas no Termo de Referência nº 00042/2024/SEMA e Edital;
- 11.30. Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências da Contratante.
- **11.31.** Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade da execução dos serviços, inclusive considerando os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.
- **11.32.** Aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias na prestação do serviço, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;
- **11.33.** Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da **Contratante**, no tocante a prestação dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no Contrato, conforme especificações constantes no **Termo de Referência nº 00042/2024/SEMA**.
- **11.34.** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência a **Contratante**, imediatamente, por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato.
- **11.35.** Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades contratadas, sem a prévia autorização da **Contratante**.
- 11.36. A Contratada responsabilizar-se-á integralmente pelo objeto contratado, devendo para tal:
- **11.37.** Responder por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;
- 11.38. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e/ou morais causados a Contratante ou a terceiros, pela ação ou omissão dolosa ou culposa, de seus empregados, trabalhadores, prepostos, contratados ou representantes.

Página 25 de 60

Rua C esquina com rua F, Centro Político Administrativo • CEP: 78.049-913 • Cuiabá • Mato Grosso • sema.mt.gov.br (65) 3613-7313





#### Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica Gerência de Gestão de Contratos

**11.39.** Responder pelos danos causados diretamente ou indiretamente a **Contratante** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização do contratante em seu acompanhamento.

**11.40.** Responder por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus empregados e prepostos, quando nas dependências da **Contratante**, ou em qualquer outro local onde estejam executando o objeto contratado, devendo adotar as providências que, a respeito, exigir a legislação em vigor.

11.41. Indenizar terceiros e/ou a Contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a Contratada adotar as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

**11.42.** Responsabilizar- se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade a **Contratante**.

**11.43.** A **Contratada** responsabilizar-se-á, integralmente, pelos serviços contratados, cumprindo as disposições legais que interfiram em sua execução.

**11.44.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da solicitação formal do fiscal da **Contratante**, os equipamentos e/ou insumos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

11.45. Atender, no prazo de 2 (dois) dias úteis, às solicitações de substituição de funcionário da Contratada, qualificada ou entendida como inadequada para a prestação dos serviços;

**11.46.** Treinar seus empregados quanto aos princípios básicos de postura no ambiente de trabalho, tratamento de informações recebidas e manutenção de sigilo, comportamento perante situações de risco e atitudes para evitar atritos com servidores, colaboradores e visitantes da **Contratante**.

11.47. Atender as demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e alterações, e Decreto Estadual nº 1.525/2022 e alterações; Instrução Normativa nº 01/2020/SEPLAG/MT e suas Página 26 de 60







Secretaria Adiunta de Administração Sistêmica Gerência de Gestão de Contratos

alterações; Lei nº 7.102/1983;

11.48. A inobservância das regras previstas no Termo de Referência nº 00042/2024/SEMA acarreta

descumprimento contratual absoluto, implicando a possibilidade de rescisão por iniciativa do contratante.

11.49. No encerramento do contrato, a Contratada deverá realizar a transição contratual com

transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo

exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da Contratante ou da nova empresa que continuará a

execução dos serviços, quando couber.

11.50. A inobservância das regras previstas neste instrumento acarreta descumprimento contratual,

implicando a possibilidade de rescisão por iniciativa do contratante, nos termos do art. 137, I da Lei nº

14.133/2021.

11.51. Comprovar a formação técnica da mão de obra oferecida, através de certificados de cursos para

formação de vigilantes, expedidos por Instituições devidamente habilitadas e reconhecidas pelo

Departamento da Polícia Federal e observando os normativos do Ministério da Educação, em

conformidade com as normas e determinações em vigor.

11.52. Realizar os treinamentos e reciclagens que se fizerem necessários para o bom desempenho das

atribuições de seus empregados, respeitando a periodicidade legal, bem como em casos em que o

contratante entenda ser necessário para compartilhar novas diretrizes internas, bem como para advertir

sobre condutas que devam ser rechaçadas, como o uso desmedido e irresponsável de celular para contato

privado, especialmente para ligações, gravação de áudios, digitação de mensagens, acesso a redes sociais e a demais aplicativos que venham a tirar a atenção ostensiva do vigilante; deixar de utilizar os

equipamentos de proteção individual, enfim, todas as condutas que incorram na falta de diligência por

parte do vigilante;

11.53. Submeter a Contratante, previamente e por escrito, para análise e aprovação, qualquer mudança

no método de execução do serviço que fuja das especificações constantes no Termo de Referência nº

00042/2024/SEMA, ressaltando que é de competência da Contratada definir a melhor técnica em

vigilância patrimonial para ser executada pelo Posto de trabalho, envolvendo a periodicidade das rondas,

a definição do ponto fixo do Posto, promovendo-se análise técnica e especializada, baseando-se em

possíveis vulnerabilidades identificadas no perímetro da Unidade.

11.54. A ocorrência de dobra de jornada ou folga trabalhada deverá ser informada à fiscalização do

Página 27 de 60

Rua C esquina com rua F, Centro Político Administrativo • CEP: 78.049-913 • Cuiabá • Mato Grosso •

sema.mt.gov.br (65) 3613-7313



MADIC202428154



#### Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica Gerência de Gestão de Contratos

contrato, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, considerando se tratar de medida excepcional.

**11.55.** Cumprir as demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 1.525/2022 e alterações.

11.56. Deverão ser observadas, também, durante a execução dos serviços, as orientações dos programas do Administração Pública e normativos específicos voltados para as práticas sustentáveis, no que se refere ao cumprimento dos temas abaixo:

- a) Economia de energia;
- b) Economia em materiais plásticos descartáveis;
- c) Economia de água; e
- d) Descarte correto para produtos perigosos ao meio ambiente como pilhas, lâmpadas fluorescentes, equipamentos eletrônicos, e os inerentes ao manuseio e operacionalização dos serviços de manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de condicionador de ar, dentre outros semelhantes.
- 11.57. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
  - 11.57.1. Futura empresa contratada deverá adotar o que se segue:
- 11.57.1.1. Só será admitida a utilização de equipamentos e materiais de intercomunicação (como rádios, lanternas e lâmpadas) de menor impacto ambiental;
- 11.57.1.2. A **Contratada** deverá observar a Resolução CONAMA nº 401/2008, para a aquisição de pilhas e baterias para serem utilizadas nos equipamentos, bens e materiais de suaresponsabilidade, respeitando os limites de metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio;
- 11.57.1.3. A **Contratada** deverá utilizar pilhas recarregáveis para uso em lanternas em rondas realizadas no período noturno, evitando o uso de pilhas ou baterias que contenham substâncias perigosas em sua composição;
- 11.57.1.4. A Contratada deverá eliminar o uso de copos descartáveis na prestação de serviços nas dependências do órgão ou entidade;

Página 28 de 60

Rua C esquina com rua F, Centro Político Administrativo • CEP: 78.049-913 • Cuiabá • Mato Grosso • sema.mt.gov.br (65) 3613-7313





#### Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica Gerência de Gestão de Contratos

11.57.1.5. É obrigação da **Contratada** destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e equipamentos que foram utilizados na prestação de serviços;

11.57.1.6. A **Contratada** deverá orientar sobre o cumprimento, por parte dos funcionários, das normas internas e de Segurança e medicina do Trabalho, tais como prevenção de incêndio nas áreas da prestação de serviço, zelando pela segurança e pela saúde dos usuários e da circunvizinhança;

#### 11.58. Do Preposto:

11.58.1. A Contratada deverá manter preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato.

11.58.1.1. O preposto deverá ser designado no ato da assinatura do contrato, indicando o nome completo, número do CPF ou documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.

**11.58.1.2.** Não poderá ser designado como Preposto, qualquer um dos profissionais responsáveis pela prestação dos serviços junto a **Contratante**.

11.58.1.3. O preposto estará à disposição da Contratante durante a execução dos serviços ou quando for convocado pela fiscalização.

11.58.1.4. O Preposto designado não necessitará permanecer em tempo integral à disposição da Contratante, devendo, contudo, serem observadas todas as exigências relativas à sua vinculação ao Contrato.

**11.59.** A Contratada providenciará instalação física (escritório) no Estado de Mato Grosso, durante o período de vigência do Contrato, em até 30 (trinta) dias úteis após a assinatura do Contrato, sendo que quando ocorrer a efetiva instalação deverá ser comunicado a Contratante.

**11.60.** O preposto e a instalação física deverão garantir o atendimento e agilidade que o objeto contratado exige.

11.61. O preposto deverá apresentar e manter, durante a vigência do contrato, Livro de Ocorrências destinado ao assentamento das principais ocorrências durante a execução do contrato, bem como para tratar dos demais assuntos pertinentes à implantação de postos e execução do contrato relativos à sua Página 29 de 60







Secretaria Adiunta de Administração Sistêmica Gerência de Gestão de Contratos

competência

11.62. As comunicações entre a Contratante e a Contratada, representado pelo preposto, devem ser

realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de

mensagem eletrônica para esse fim.

11.63. A manutenção do preposto da empresa, durante todo o período de vigência do contrato, poderá

ser recusada pela Contratante, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro

para o exercício da atividade.

11.64. A Contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que

devam ser cumpridas de imediato.

11.65. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Contratante convocará o preposto

da Contratada para reunião inicial, na qual será apresentado o plano de fiscalização, que conterá

informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para

execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de

aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

11.66. São atribuições do Preposto, dentre outras:

11.66.1. Comandar, coordenar e controlar a execução dos serviços contratados.

11.66.2. Zelar pela segurança, limpeza e conservação dos equipamentos e das instalações da

contratante, além da segurança dos empregados do contratado colocados à disposição da Contratante.

11.66.3. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações, instruções e orientações emanadas da

Fiscalização e das autoridades da Contratante.

11.66.4. Acatar as orientações da Contratante, inclusive quanto ao cumprimento das Normas

Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, desde que de acordo com a legalidade.

11.66.5. Apresentar informações e/ou documentação solicitada pela Fiscalização e/ou pelas

autoridades da Contratante, inerentes à execução e às obrigações contratuais, em tempo hábil.

11.66.6. Reportar-se à Fiscalização da Contratante para dirimir quaisquer dúvidas a respeito da

Página 30 de 60

Rua C esquina com rua F, Centro Político Administrativo • CEP: 78.049-913 • Cuiabá • Mato Grosso •

sema.mt.gov.br (65) 3613-7313





Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica Gerência de Gestão de Contratos

execução dos serviços e das demais obrigações contratuais.

**11.66.7.** Estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados e atender prontamente a quaisquer solicitações da **Contratante**.

11.66.8. Relatar à Fiscalização, pronta e imediatamente, por escrito, toda e qualquer irregularidade observada.

**11.66.9.** Adotar todas as providências pertinentes para que sejam corrigidas quaisquer falhas detectadas na execução dos serviços contratados.

11.66.10. Garantir que os empregados se reportem sempre a Contratada, primeiramente, e não à Fiscalização e/ou aos servidores da Contratante, na hipótese de ocorrência de problemas relacionados à execução contratual.

11.66.11. Realizar, além das atividades e tarefas que lhe forem atribuídas, quaisquer outras que julgar necessárias, pertinentes ou inerentes à boa prestação dos serviços contratados.

11.66.12. Apor assinatura em documento/relatório de avaliação da execução do objeto contratado, quando este não for remetido por mensagem eletrônica com confirmação de recebimento.

**11.66.13.** Encaminhar à Fiscalização da **Contratante** todas as Notas Fiscais/Faturas dos serviços prestados, bem como toda a documentação complementar exigida.

#### 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES ACERCA DO TRATAMENTO DE DADOS

**12.1.** As partes do contrato devem cumprir as obrigações legais relativas ao adequado tratamento de dados, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), bem como observar o que segue:

**12.1.1.** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei;

**12.1.2.** A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela **Contratada**;

Página 31 de 60







Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica Gerência de Gestão de Contratos

**12.1.3.** É dever da **Contratada** orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD;

**12.1.4.** A **Contratada** deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância;

**12.1.5.** A **Contratada** deverá prestar, no prazo fixado pela **Contratante**, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive

quanto a eventual descarte realizado;

12.1.6. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de

dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões

técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – SUBCONTRATAÇÃO

13.1. É vedada a subcontratação do objeto deste contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ASSINATURAS

14.1. Conforme disposto no Art. 1º da PORTARIA Nº 600/2020/SEMA/MT, publicada em 04/09/2020, no

diário oficial do Estado de Mato Grosso o presente instrumento poderá, preferencialmente, ser assinado

digitalmente, por meio de certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas

Brasileira - ICP-Brasil, observados os padrões definidos pela referida infraestrutura.

14.2. A sua autenticidade poderá ser atestada a qualquer tempo, seguindo os procedimentos impressos

na nota de rodapé, não podendo, desta forma, as partes se oporem a sua utilização.

14.3 Caso seja inviável a assinatura eletrônica, o documento poderá ser produzido em papel, assinado de

próprio punho pela CONTRATADA e encaminhado, em meio físico, em uma via à Secretaria de Estado de

Meio Ambiente/SEMA/MT.

14.4. A CONTRATADA deverá assinar o contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do envio do

documento por correio eletrônico.

Página 32 de 60

Rua C esquina com rua F, Centro Político Administrativo • CEP: 78.049-913 • Cuiabá • Mato Grosso •

sema.mt.gov.br (65) 3613-7313





Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica Gerência de Gestão de Contratos

#### 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUITA - FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

15.1. Será designado, pela CONTRATANTE, um servidor qualificado ou uma comissão para exercer a fiscalização e acompanhamento do contrato, que terá, dentre outras, a incumbência de informar as ocorrências relevantes verificadas na execução contratual, inclusive quanto a eventuais atrasos e descumprimentos de cláusulas contratuais; solicitar à CONTRATADA documentos exigidos para o fornecimento do bem, correção de falhas na execução contratual, cumprimento da legislação aplicável, e, sendo o caso, determinar a substituição de produtos defeituosos; informar as autoridades competentes a ocorrência de ilegalidades e irregularidades que constatar; e solicitar à CONTRATADA o afastamento ou a substituição de profissional que considere ineficiente, incompetente, inconveniente ou desrespeitoso com pessoas da CONTRATANTE ou terceiros ligados à execução do objeto.

**15.2** Em cumprimento ao disposto no art. 313, §2º, do Decreto Estadual nº 1.525/2022, as condições de habilitação do contratado serão fiscalizadas de modo atrelado ao pagamento.

**15.3**. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento.

**15.4.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal(is) do contrato(s), ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

**15.5.** Os gestores e fiscais de contrato devem ser previamente designados, por portaria geral ou específica, e cientificados pessoalmente, preferencialmente por meio eletrônico, bem como os titulares e substitutos.

**15.6.** Não obstante a **Contratada** seja o único e exclusivo responsável pela execução do contrato, a **Contratante** reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre a execução do objeto contratado.

**15.7.** Para efeito de gestão dos contratos originados desta operação, quando for o caso, serão utilizadas as seguintes definições:

**15.7.1. Gestor do Contrato:** Trata-se de servidor da unidade administrativa de controle ou Página 33 de 60







#### Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica Gerência de Gestão de Contratos

equivalente, diretamente responsável pela disponibilização do serviço às demais unidades administrativas do órgão ou entidade, devendo ser designado por portaria, conforme art. 17 do Decreto Estadual nº 1.525/2022, sendo, ainda, responsável por aplicar as ações estabelecidas no art. 14 do Decreto Estadual nº 1.525/2022, bem como:

**15.7.1.1.** Aplicar todas as determinações e normas de conduta, acompanhamento e fiscalização de contrato previstos em manual de gerenciamento de contrato, caso houver.

**15.7.1.2**. Aplicar as orientações e determinações oriundas dos Órgãos de Controle Interno e Externo e as previstas nos instrumentos legais.

**15.8. Fiscal do Contrato:** Trata-se de agente público indicado pelo Gestor do Contrato, via portaria, em conformidade com o art. 14, III, e art. 17 do Decreto Estadual nº 1.525/2022. A indicação do Fiscal de Contrato deve ocorrer, preferencialmente, entre servidores que preencham os requisitos técnicosprofissionais aplicáveis, sendo responsável por aplicar as ações estabelecidas no art. 15 do Decreto Estadual nº 1.525/2022, bem como:

**15.8.1.** Prestar informações e esclarecimentos ao preposto da **Contratada**, sempre que for preciso.

**15.8.2.** Desempenhar com eficiência e zelo todas as atribuições a ele incumbidas na legislação aplicável, em especial aquelas indicadas no art. 312 do Decreto Estadual nº 1.525/2022.

**15.8.3**. Acompanhar a realização do serviço, conferir e elaborar o relatório de execução do serviço, atestando a realização dos mesmos em sua totalidade.

**15.9.** A fiscalização deverá emitir relatório detalhado a respeito das ocorrências e de todos os atos da **Contratada** relativos à execução do contrato, incluindo-se informações quanto à aplicação de sanções, alterações, e rescisão do contrato.

**15.10**. A fiscalização deverá, em seu relatório de avaliação da qualidade dos serviços, identificar e quantificar as ocorrências eventualmente praticadas pela **Contratada** no período de faturamento, com vistas glosas na respectiva fatura ou multa em processo administrativo próprio.

**15.11.** Todas as ocorrências devem ser documentalmente comprovadas e anexadas ao Relatório a ser elaborado em conformidade com o art. 294 do Decreto Estadual nº 1.525/2022.

Página 34 de 60

Rua C esquina com rua F, Centro Político Administrativo • CEP: 78.049-913 • Cuiabá • Mato Grosso • sema.mt.gov.br (65) 3613-7313





#### Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica Gerência de Gestão de Contratos

- 15.12. O Relatório é o ato administrativo que concretiza o recebimento provisório.
- **15.13.** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- **15.14.** A operacionalização e o controle da execução contratual deverão ser realizados por meio do Sistema de Aquisições Governamentais Contratos, disponibilizado pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.
- **15.15.** O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
- **15.16.** As atividades de fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à gestão do contrato.
- 15.17. As Fiscalizações Técnicas e Setoriais devem observar as seguintes diretrizes:
  - **15.17.1.** Realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços;
  - **15.17.2.** Devem ser evitadas ordens diretas da **Contratante** dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto;
  - **15.17.3.** Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva da **Contratada**;
  - **15.17.4.** Devem ser conferidos, por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho;
- **15.17.4.** Verificar a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho, cuja presença levará ao pagamento dos respectivos adicionais aos empregados. Tais condições obrigam a Página 35 de 60







Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica Gerência de Gestão de Contratos

empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

**15.18.** A fiscalização deverá emitir informação ou relatório a respeito de todos os atos da **Contratada** relativos à execução do Contrato, quando couber, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações, e rescisão do Contrato:

**15.19.** A **Contratada** poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

**15.20.** A hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções a **Contratada** de acordo com as regras previstas neste contrato.

**15.21.** A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

**15.22.** Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as comprovações indicadas no art. 30 da IN 01/2020/SEPLAG (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

**15.22.1**. No primeiro mês da prestação dos serviços, a **Contratada** deverá apresentar a seguinte documentação:

**15.22.1.1**. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

15.22.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pelo contratado;

**15.22.1.3**. Exames médicos admissionais dos empregados do contratado que prestarão os Página 36 de 60







#### Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica Gerência de Gestão de Contratos

serviços;

- 15.22.1.4. Declaração de responsabilidade exclusiva do contratado sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;
  - 15.22.1.5. Termo de Sigilo e Confidencialidade, quando couber.
- 15.22.1.6. Sempre que houver admissão de novos empregados pelo contratado, deverão ser apresentados estes documentos.
- **15.23.** Entregar até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, ao setor responsável pela fiscalização do contrato, os seguintes documentos:
- **15.23.1**. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- **15.23.2**. Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado e do local da prestação do serviço;
  - 15.23.3. Certidão de Dívida Ativa da Fazenda Estadual;
  - 15.23.4. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
  - 15.23.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
- 15.24. Entregar, quando solicitado pela Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:
  - 15.24.1. Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Contratante;
- **15.24.2**. Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador **Contratante**;
- 15.24.3. Cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
- 15.24.4. Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale alimentação,
  Página 37 de 60
  Rua C esquina com rua F, Centro Político Administrativo CEP: 78.049-913 Cuiabá Mato Grosso sema.mt.gov.br (65) 3613-7313





#### Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica Gerência de Gestão de Contratos

entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;

**15.24.5.** Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

**15.25.** Entregar cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato entre a empresa e a **Contratante**, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

**15.25.1.** Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando legalmente exigível;

**15.25.2.** Comprovante de pagamento das guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes ao último mês de prestação dos serviços das rescisões contratuais;

15.25.3. Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

15.25.4. Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

**15.26.** As documentações acima solicitadas também deverão ser entregues a **Contratante**, em caso de rescisão contratual entre a **Contratada** e funcionário.

**15.27.** A **Contratante** deverá analisar a documentação solicitada no subitem 10.14, alínea "d" no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

**15.28.** Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais do contrato deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

**15.29.** Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais do contrato deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.

**15.30.** O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela **Contratada** poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

Página 38 de 60







#### Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica Gerência de Gestão de Contratos

**15.31.** A **Contratante** poderá conceder prazo para que a **Contratada** regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar máfé ou a incapacidade de correção.

**15.32.** Nos termos do art. 245, § 3º c/c art. 353 e do art. 261, parágrafo único do Decreto Estadual nº 1.525/2022, a não manutenção das condições de habilitação autoriza a retenção de pagamento para garantir o pagamento dos trabalhadores vinculados à prestação do serviço.

**15.33.** A **Contratante** poderá conceder prazo para que a **Contratada** regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar máfé ou incapacidade de correção.

15.34. A fiscalização administrativa observará ainda as seguintes diretrizes:

15.34.1. Fiscalização inicial (no momento em que a prestação de serviços é iniciada):

15.34.1.1. A Contratada elaborará planilha-resumo de todo o contrato administrativo, com informações sobre todos os empregados terceirizados que prestam serviços, com os seguintes dados: nome completo, número de inscrição no CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílioalimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras trabalhadas;

15.34.1.2. As anotações contidas na CTPS dos empregados serão conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela Contratada e pelo empregado. Devem ser observadas, com especial atenção, a data de início do contrato de trabalho, a função exercida, a remuneração (corretamente discriminada em saláriobase, adicionais e gratificações) jornada de trabalho, além de demais alterações dos contratos de trabalho. A fiscalização das Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS) poderá ser feita por amostragem;

**15.34.1.3.** O número de terceirizados por função, deve coincidir com o previsto no contrato administrativo;

**15.34.1.4.** O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT), salvo nas condições de jornada reduzida de trabalho;

**15.34.1.5.** Serão consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para a Página 39 de 60







Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica Gerência de Gestão de Contratos

Contratada;

15.34.1.6. Será estabelecido mecanismo de controle da utilização dos materiais empregados

nos contratos, para efeito de acompanhamento da execução do objeto, bem como para subsidiar a

estimativa para as futuras contratações;

15.34.1.7. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser

verificada juntamente com o documento do contratado que contenha a relação detalhada destes, de

acordo com o estabelecido no contrato, na planilha de custos e formação de preços e seus anexos,

informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como marca, qualidade e forma de

uso.

15.34.2. Fiscalização mensal (a ser feita antes do pagamento da fatura):

15.34.2.1. Deve ser feita a retenção da contribuição previdenciária no valor de 11% (onze por

cento) sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço;

15.34.2.2. Serão exigidas as Certidões Negativas de Débito relativas às Fazendas Federal,

Estadual e Municipal, inclusive de Dívida Ativa, o Certificado de Regularidade do FGTS e a Certidão

Negativa de Débitos Trabalhistas.

15.34.2.3. A Contratante fiscalizará o cumprimento, pela Contratada, das obrigações e

encargos sociais e trabalhistas, no que se refere à execução do contrato, exigindo os documentos

solicitados no contrato, bem como outros previstos em norma ou que se entenda necessários ao bom

andamento dos serviços.

15.34.2.4. Caso a Contratante ache necessário esclarecimentos sobre o não cumprimento

das obrigações sociais e trabalhistas que impliquem indagações de caráter técnico ou em qualquer outra

hipótese de exceção, deverá ser encaminhada justificativa formal à fiscalização do contrato, para que

esta, caso entenda necessário, decida sobre a dilação do prazo para resposta da Contratada.

15.35. A Contratante deve comunicar oficialmente, por escrito, ao preposto do contratado quando não

houver necessidade de substituição de profissional nas ocorrências de ausência temporária, como falta,

gozo de férias ou afastamentos legais de qualquer natureza.

15.36. Cabe a Contratada atender prontamente a quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao

Página 40 de 60

Rua C esquina com rua F, Centro Político Administrativo • CEP: 78.049-913 • Cuiabá • Mato Grosso •

sema.mt.gov.br (65) 3613-7313





#### Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica Gerência de Gestão de Contratos

objeto do contrato, sem que disso decorra qualquer ônus para a **Contratante**, não implicando a atividade de acompanhamento e fiscalização em qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da **Contratada**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na ocorrência desta, tampouco a coresponsabilidade da **Contratante** ou de seus agentes.

- **15.37.** Prestar informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante ou preposto da **Contratada**.
- **15.38.** É obrigação dos responsáveis pela fiscalização rejeitar quaisquer serviços quando entender que a sua execução está fora dos padrões técnicos e de qualidade definidos no Contrato.
- **15.39.** A fiscalização da **Contratante** terá livre acesso aos locais de trabalho da mão-de-obra da **Contratada**, não permitindo que as tarefas sejam executadas em desacordo com as preestabelecidas.
- **15.40.** Acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços, prestando informações semestral e/ou sempre que solicitado à Secretaria Adjunta de Patrimônio e Serviços/SEPLAG referente aos serviços contratados.
- **15.41.** A fiscalização do contrato deverá observar todas as regras previstas na Instrução Normativa nº 001/2020/SEPLAG/MT, publicada no Diário Oficial de 20 janeiro de 2020, e suas posteriores alterações.
- **15.42.** A fiscalização exercida pela **Contratante** durante a execução dos serviços, não exclui a responsabilidade da **Contratada**, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades resultantes da má prestação dos serviços, de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência deste, não implica co-responsabilidade da **Contratante** ou de seus agentes e prepostos.
- 15.43. Ordenar a imediata retirada do local, seguida, quando for o caso, da substituição pela Contratada, no prazo máximo de 02 (duas) horas, independentemente de justificativa por parte da Contratante, de qualquer de seus empregados que estiverem sem crachá, que embaraçar ou dificultar a atuação da fiscalização ou cuja conduta, atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou inadequados ao contratante ou ao interesse do serviço público.

#### 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**16.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021 (art. 155) e do Decreto Página 41 de 60 Rua C esquina com rua F, Centro Político Administrativo • CEP: 78.049-913 • Cuiabá • Mato Grosso • sema.mt.gov.br (65) 3613-7313







Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica Gerência de Gestão de Contratos

Estadual nº 1.525/2022 (art. 370 e 371), o contratado que:

- 16.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato.
- 16.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
  - 16.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato.
- 16.1.4. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
- 16.1.5. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.
- 16.1.6. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.
  - 16.1.7. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
  - 16.1.8. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
  - 16.1.9. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
  - 16.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º, da Lei nº 12.846/2013.
- 16.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 16.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato que não implique em prejuízo ou dano à administração, bem como na hipótese de descumprimento de pequena relevância praticado pelo contratado e que não justifique imposição de penalidade mais grave;
  - 16.2.2. Multa:
- 16.2.2.1. moratória: em razão do atraso injustificado: na proporção de 0,5 % (cinco décimos por cento) do valor da parcela inadimplida por dia de atraso injustificado até o limite de 30 Página 42 de 60 Rua C esquina com rua F, Centro Político Administrativo • CEP: 78.049-913 • Cuiabá • Mato Grosso •

sema.mt.gov.br (65) 3613-7313







Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica Gerência de Gestão de Contratos

(trinta) dias corridos.

16.2.2.1.1. O atraso superior a 30 (trinta) dias corridos autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

**16.2.2.2.** compensatória: será aplicada multa de 0,5% até 30% sobre o valor do contrato, devendo a autoridade competente observar, na dosimetria da pena, as seguintes recomendações:

**16.2.2.2.1.** Em casos de inexecução parcial do contrato, que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

**16.2.2.2.2.** Em casos de inexecução total do contrato, bem como nas hipóteses de atos fraudulentos com o objetivo de obter vantagens indevidas, a multa será fixada entre 15% a 30% do valor do contrato licitado.

**16.2.2.2.3.** No caso de inexecução total, a multa será aplicada independentemente da existência ou não do prejuízo a **Contratante**, implicando ainda na possibilidade de rescisão do contrato.

16.2.2.3. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**16.2.2.4.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela **Contratante** a **Contratada**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**16.2.2.5.** Caso a **Contratada** não tenha nenhum valor a receber da **Contratante**, ou os valores do pagamento e da garantia contratual forem insuficientes, a **Contratante** concederá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento de sua intimação, para que a multa seja paga.

16.2.2.6. Esgotados os meios administrativos para a cobrança dos valores devidos, a Contratante providenciará o encaminhamento do processo à Procuradoria-Geral do Estado para que seja realizada a cobrança judicial.

**16.2.2.7.** Caso a **Contratante** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe Página 43 de 60







#### Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica Gerência de Gestão de Contratos

for devido, a **Contratada** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

- **16.2.2.8.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.
- **16.2.3**. Impedimento de licitar e contratar, caso não se justifique imposição de penalidade mais grave.
  - 16.2.3.1. Essa penalidade poderá ser aplicada nas seguintes hipóteses:
- 16.2.3.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - 16.2.3.1.2. Der causa à inexecução total do contrato;
  - 16.2.3.1.3. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- **16.2.3.1.4.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 16.2.3.1.5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- **16.2.3.1.6.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.
- **16.2.3.2.** As condutas aqui enumeradas também podem justificar a aplicação da declaração de inidoneidade quando as circunstâncias do caso concreto justificarem a imposição de penalidade mais grave.
  - **16.2.4.** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

Página 44 de 60







#### Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica Gerência de Gestão de Contratos

- **16.2.4.1.** A declaração de inidoneidade para licitar e contratar pode ser aplicada por qualquer ente da federação impedirá o responsável de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Estado de Mato Grosso pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
  - 16.2.4.2. Essa penalidade poderá ser aplicada nas seguintes hipóteses:
- 16.2.4.2.1. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
  - 16.2.4.2.2. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 16.2.4.2.3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - 16.2.4.2.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
  - **16.2.4.2.5.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.
- **16.3.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- **16.4.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- **16.5.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, no Decreto Estadual nº 1.525/2022 e, subsidiariamente, na Lei Estadual nº 7.692/2002.
- 16.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração:
  - 16.6.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - 16.6.2. as peculiaridades do caso concreto;
  - 16.6.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

Página 45 de 60







Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica Gerência de Gestão de Contratos

16.6.4. os danos que dela provierem para a Contratante;

16.6.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e

orientações dos órgãos de controle.

16.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de

licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº

12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito

procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei e nos regulamentos estaduais

complementares.

16.8. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com

abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato

ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa

jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de

direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a

obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

16.9. Antes da remessa à Procuradoria-Geral do Estado para cobrança de créditos oriundos de contrato

administrativo, a Contratante deve optar, preferencialmente, pela compensação com eventuais

pagamentos devidos à Contratada, independentemente de estes ou aqueles decorrerem de contratos

distintos e/ou de Secretarias distintas, nos termos da ORIENTAÇÃO JURÍDICO-NORMATIVA

014/CPPGE/2022.

16.10. Após a apuração dos fatos e responsabilização da empresa, as penalidades aplicadas constarão

registradas nos sistemas informatizado do Estado de Mato Grosso (Cadastro de Fornecedores) e do Poder

Executivo Federal, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas

(Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep)

16.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou

contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Página 46 de 60

Rua C esquina com rua F, Centro Político Administrativo • CEP: 78.049-913 • Cuiabá • Mato Grosso •

sema.mt.gov.br (65) 3613-7313





#### Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica Gerência de Gestão de Contratos

- **17.1.** O contrato poderá ser alterado na forma do artigo 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021 e artigo 277 do Decreto Estadual nº 1.525/2022.
- 17.2. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- **17.3**. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do artigo 136 da Lei nº 14.133, de 2021.
- **17.4.** Durante a vigência do contrato a **Contratada** poderá solicitar a revisão dos preços para manter o equilíbrio econômico-financeiro obtido na licitação, mediante a comprovação dos fatos previstos no artigo 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021.
- **17.5**. Os pedidos de revisão dos preços contratados deverão seguir os procedimentos previstos no artigo 269 e seguintes do Decreto Estadual nº 1.525/2022.
- **17.6**. Os pedidos de revisão dos preços contratados serão respondidos no prazo máximo de 90 (noventa) dias.

#### 18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - EXTINÇÃO DO CONTRATO

- **18.1.** O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
- **18.2.** O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a **Contratante**, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem (art.106, III da Lei nº 14.133/2021).
- **18.3.** A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da **Contratada** pela **Contratante** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
- 18.4. O presente termo de contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas no rol do art. 137 da Lei nº 14.133/202, devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurado o Página 47 de 60







#### Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica Gerência de Gestão de Contratos

contraditório e ampla defesa e respeitados os procedimentos descritos no Decreto Estadual nº 1.525/2022 e nas demais legislações aplicáveis.

- 18.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.
- **18.4.2**. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- **18.4.3**. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- **18.5**. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.
- 18.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
  - 18.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
  - 18.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
  - 18.6.3. Indenizações e multas.
- **18.7.** O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito da **Contratante** e à aplicação das penalidades cabíveis.
- **18.8.** A **Contratante** poderá conceder prazo para que a **Contratada** regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.
- **18.9.** Quando da extinção, a **Contratante** deverá verificar o pagamento pela **Contratada** das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.
- 18.10. Até que a Contratada comprove o disposto no item anterior, a Contratante reterá: (a) a garantia Página 48 de 60 Rua C esquina com rua F, Centro Político Administrativo CEP: 78.049-913 Cuiabá Mato Grosso sema.mt.gov.br (65) 3613-7313





Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica Gerência de Gestão de Contratos

contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria (art. 121, § 3º, I, e art. 139, III, b, da Lei nº 14.133/2021); e (b) os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

**18.11.** Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da **Contratada** no prazo de 15 (quinze) dias, o contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado (art. 121, §3º, II, da Lei nº 14.133/2021).

**18.12.** A **Contratante** poderá ainda: (a) nos casos de obrigação de pagamento de multa pela **Contratada**, reter a garantia prestada a ser executada (art. 139, III, "c", da Lei nº 14.133/2021), conforme legislação que rege a matéria; e (b) nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133/2021, reter os eventuais créditos existentes em favor da **Contratada** decorrentes do contrato.

**18.13.** O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, IV, da Lei nº 14.133/2021).

**18.14.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei nº 14.133/2021).

## 19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - MODELOS DE GESTÃO DO CONTRATO

**19.1.** O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**19.2.** O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução estão ainda indicados nos itens indicados nas Cláusulas:

Página 49 de 60







Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica Gerência de Gestão de Contratos

- (a) CLÁUSULA QUINTA PRAZO E FORMA DE EXECUÇÃO;
- (b) CLÁUSULA SEXTA RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS;
- (c) CLÁUSULA SÉTIMA CONDIÇÕES DE PAGAMENTO;
- (d) CLÁUSULA DÉCIMA GARANTIA DE EXECUÇÃO;
- (e) CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA OBRIGAÇÕES DO CONTRATADA,
- (f) CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO;
- (g) CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.
- **19.3.** Este contrato deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas avençadas e as normas previstas na Lei n° 14.133/2021, Decreto Estadual nº 1.525/2022, respondendo elas pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- **19.4.** É vedado caucionar ou utilizar o contrato administrativo decorrente do registro de preços para qualquer operação financeira sem a prévia e expressa autorização da autoridade competente.

#### 20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DIREITO DE PETIÇÃO

**20.1.** No tocante a recursos, representações e pedidos de reconsideração, deverá ser observado o disposto no artigo 165 da Lei nº 14.133/2021 e artigo 143 do Decreto Estadual nº 1.525/2022.

#### 21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO

- **21.1.** Em virtude do previsto no Decreto Estadual nº 522, de 15/04/2016, que "Regulamenta, no âmbito do Poder Executivo, a aplicação da Lei Federal n° 12.846, de 1° de agosto de 2013 e demais medidas de responsabilização de pessoas jurídicas, pela prática de atos lesivos contra a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, e dá outras providências".
- **21.2.** Para a execução do contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos e colaboradores, aplicando as diretrizes do Edital, do Termo de Referência e da proposta, conforme Lei nº 14.133/2021 e Decreto 1.525/2022.

Página 50 de 60

Rua C esquina com rua F, Centro Político Administrativo • CEP: 78.049-913 • Cuiabá • Mato Grosso • sema.mt.gov.br (65) 3613-7313





#### Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica Gerência de Gestão de Contratos

**21.3.** A **Contratada** declara formalmente que a condução de seus negócios segue estritamente a legislação aplicável, a moral e a ética.

21.4. A Contratada, por seu Representante legalmente constituído, DECLARA, sob as penas da lei:

**21.4.1.** Que está ciente, conhece e entende os termos das leis anticorrupção brasileiras ou de quaisquer outras aplicáveis sobre o objeto do presente contrato, comprometendo-se a abster-se de qualquer atividade que constitua uma violação das disposições destas Regras Anticorrupção, por si e por seus administradores, diretores, funcionários e agentes, bem como seus sócios que venham a agir em seu nome.

**21.4.2.** Que se obriga a conduzir suas práticas comerciais, durante a consecução do presente contrato, de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis.

21.4.3. Que na execução deste contrato, nem a empresa nem qualquer de seus diretores, empregados, agentes ou sócios agindo em seu nome, devem dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento de, direta ou indiretamente, qualquer dinheiro ou qualquer coisa de valor a qualquer autoridade governamental, consultores, representantes, parceiros, ou quaisquer terceiros, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão do agente ou do governo, ou para assegurar qualquer

vantagem indevida, ou direcionar negócios para, qualquer pessoa, e que violem as Regras Anticorrupção.

**21.4.4.** A **Contratada**, por si e por seus administradores, diretores, empregados, agentes, proprietários e acionistas que atuam em seu nome, concorda que o contratante ou seu cliente final terão o direito de realizar procedimento de auditoria para certificar-se da conformidade contínua com as declarações e garantias dadas neste ato, mediante notificação prévia, e que deve cooperar plenamente em qualquer auditoria realizada nos termos desta Declaração.

21.4.5. Declara neste ato que:

(a) não violou, viola ou violará as Regras Anticorrupção;

(b) tem ciência que qualquer atividade que viole as Regras Anticorrupção é proibida;

(c) e que conhece que a comprovação de sua participação em atos de corrupção em desfavor

Página 51 de 60

Rua C esquina com rua F, Centro Político Administrativo • CEP: 78.049-913 • Cuiabá • Mato Grosso • sema.mt.gov.br (65) 3613-7313





Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica Gerência de Gestão de Contratos

do Erário Estadual suscita a possibilidade de extinção do contrato, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - NULIDADE DO CONTRATO

22.1. Constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja

possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do

contrato somente será adotada quando revelar medida de interesse público, com avaliação, entre outros,

dos aspectos descritos no art. 147 da Lei nº 14.133/2021.

22.2. A nulidade não exonera a Contratante do dever de indenizar a Contratada pelo que houver

executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos

regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável, e será promovida a responsabilização de

quem lhe tenha dado causa, nos termos do que estabelece o art. 149 da Lei nº 14.133/2021.

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – PUBLICAÇÃO

23.1. A Contratante deverá providenciar a publicação do extrato deste contrato no Diário Oficial do

Estado, bem como divulgar os contratos administrativos e seus aditivos, como condição de eficácia, no

Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do órgão contratante,

conforme art. 296 do Decreto Estadual nº 1.525/2022.

24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - MEIOS ALTERNATIVOS DE PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO DE

**CONTROVÉRSIAS** 

24.1. Para dirimir eventuais conflitos entre Contratante e Contratada, poderá ser instada a Câmara

Administrativa de Resolução Consensual de Conflitos envolvendo Aquisições e Contratos no Estado do

Mato Grosso – CONSENSO-MT, criada pelo Decreto nº 1.525/2022 e na forma da Resolução do Colégio de

Procuradores.

25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - FORO

Página 52 de 60

Rua C esquina com rua F, Centro Político Administrativo • CEP: 78.049-913 • Cuiabá • Mato Grosso •

sema.mt.gov.br (65) 3613-7313





#### Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica Gerência de Gestão de Contratos

26.1. Fica eleito o foro de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato, que não puderem ser compostas pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

E, por se acharem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento na presença das testemunhas abaixo, para que produza todos os efeitos legais.

Cuiabá-MT, 16 de julho de 2024.

#### Alex Sandro Antônio Marega Secretário Adjunto Executivo de Meio Ambiente



#### Angelo Roberto Jacomini Representante da Contratada

TESTEMUNHA 1 TESTEMUNHA 2

Página 53 de 60







Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica Gerência de Gestão de Contratos

#### ANEXO I - Planilha de Insumo Posto Diurno e Noturno SEMA MT

#### QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CUSTOS COM INSUMOS: UNIFORMES (VIGILÂNCIA DESARMADA)

	QUADRO DEMONSTRATIVO DO	0 000100 00111110		SIEMITOIM DE GAITMIN	- 1 4
Α	В	С	D	E	F
		QTDE ANUAL DE		VALOR TOTAL - (R\$)	VALOR MENSAL -
Nº ITEM	DESCRIÇÃO	FORNECIMENTOS	VALOR UNITÁRIO (R\$)	(CxD)	(R\$) (E/12)
1	Camisa manga curta ou comprida	8	R\$ 15,00	R\$ 120,00	R\$ 10,00
2	Calça	8	R\$ 20,00	R\$ 160,00	R\$ 13,33
3	Cinto	8	R\$ 8,00	R\$ 64,00	R\$ 5,33
4	Botina	8	R\$ 20,00	R\$ 160,00	R\$ 13,33
5	Japona frio	8	R\$ 20,00	R\$ 160,00	R\$ 13,33
6	Quepe/Boné com Emblema da	8	R\$ 9,97	R\$ 79,76	R\$ 6,65
7	Crachá	8	R\$ 6,80	R\$ 54,40	R\$ 4,53
<u> </u>					
			TOTAL		R\$ 66,51

#### QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CUSTOS COM INSUMOS: EQUIPAMENTOS (VIGILANCIA DESARMADA)

Α	В	С	D	E	F	G	Н	I
		VALOR		VALOR TOTAL				CUSTO
Nº ITEM	DESCRIÇÃO	UNITÁRIO (R\$)	POSTO		VIDA ÚTIL (MESES)	1		MENSAL (R\$) (H/F)
1	Livro de Ocorrências 100 folhas	R\$ 12,00	4	R\$ 48,00	60	R\$ 9,60	R\$ 38,40	R\$ 0,64
2	Apito c/ cordão	R\$ 6,00	8	R\$ 48,00	60	R\$ 9,60	R\$ 38,40	R\$ 0,64
3	Repelente de inseto	R\$ 25,00	8	R\$ 200,00	60	R\$ 40,00	R\$ 160,00	R\$ 2,67
4	Capa de Chuva	R\$ 15,00	4	R\$ 60,00	60	R\$ 12,00	R\$ 48,00	R\$ 0,80
5	Lanterna recarregável	R\$ 60,12	4	R\$ 240,48	12	R\$ 48,10	R\$ 192,38	R\$ 16,03
Total Mer	nsal							R\$ 20,78

R\$ 20,78 DISTRIBUIÇÃO DO CUSTO POR VIGILANTE

CUSTO POR VIGILANTE R\$ 5,19

Página 54 de 60







Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica Gerência de Gestão de Contratos

#### ANEXO II - Instrumento de Medição de Resultado (IMR)

Durante a vigência do contrato a Administração adotará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) de acordo com os parâmetros estabelecidos na IN nº 01/2020/SEPLAG e suas alterações posteriores.

O Instrumento de Medição de Resultado (IMR) contemplará 01 (um) indicador e as respectivas metas a cumprir, sendo acompanhados periodicamente pela fiscalização do contrato:

O Indicador proposto implica em variável que está sob controle da Administração e permite a mensuração da qualidade e eficiência dos serviços contratados.

A fiscalização do contrato acompanhará o desempenho da contratada com base no indicador proposto e utilizará formulários de controle (Tabela 01) dos serviços, conforme modelos constantes deste anexo.

Durante a prestação dos serviços e após sua conclusão por parte da contratada, a fiscalização poderá realizar vistoria aleatória nos locais de execução, podendo, a seu critério, repeti-la sempre que for necessária.

O resultado da avaliação do indicador será entregue ao preposto caso a **Contratada** inflija em até o 5° (quinto) dia útil subsequente, afim de que a **Contratada** possa emitir a fatura dos serviços executados.

Os pagamentos por parte da **Contratante** serão proporcionais ao atendimento das metas estabelecidas no Instrumento de Medição de Resultado (IMR)

TABELA 01

ITEM	DESCRIÇÃO	INCIDÊNCIA	PONTUAÇÃO
	Permitir a presença de empregado não uniformizado ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá.	Por empregado e por ocorrência	05
	Manter empregado sem qualificação para a execução dos serviços.	Por empregado e por dia	15
3	Executar serviço incompleto, de baixa qualidade, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	Por ocorrência	15

Página 55 de 60







#### Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica Gerência de Gestão de Contratos

4	Fornecer informação falsa de serviço ou substituir material ou equipamento licitado Por ocorrência por outro de qualidade inferior.	30
5	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços Por hora e por posto contratuais.	50
6	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	50
7	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato.	50
8	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado.	50
9	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause danos físico, lesão Por ocorrência corporal ou consequências letais	30
10	Retirar das dependências da CONTRATANTE quaisquer equipamentosPor item e por ou materiais, previstos em contrato, sem ocorrência autorização prévia do responsável.	50
11	Retirar empregados ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia da CONTRATANTE.	30
	PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:	
12	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu dia pessoal.	15
13	Substituir empregado que tenha conduta por empregado e por inconveniente ou incompatível com suas dia dia	30

Página 56 de 60







#### Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica Gerência de Gestão de Contratos

14	Manter a documentação de habilitação atualizada.	Por item e por ocorrência	50
15	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO.	Por dia de ocorrência e por posto	30
16	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus empregados.	Por ocorrência	20
17	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	Por ocorrência	20
18	Efetuar a reposição de empregados faltosos.	Por empregado e ocorrência	50
19	Efetuar o pagamento de salários, vales transporte, vales refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, como recolhimentos das contribuições sociais da Previdência Social ou do FGTS, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas.	Por mês de ocorrência do não pagamento de quaisquer dos	100
20	Entregar o uniforme aos empregados na periodicidade definida no edital e em seus anexos.	Por empregado e por dia de atraso	15
21	Manter instalação física/escritório em qualquer uma das cidades elencadas no Anexo VI ou preposto.	Por ocorrência e por dia	30
22	Apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista, previdenciária e outros documentos necessários à comprovação do cumprimento dos demais encargos trabalhistas.	Por ocorrência e por	15
23	Creditar os salários nas contas bancárias dos empregados, em agências localizadas na cidade local da prestação dos serviços ou em outro definido pela Administração.	Por ocorrência e por	30

Página 57 de 60







#### Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica Gerência de Gestão de Contratos

24	Entregar ou entregar com atraso ou incompleta a documentação fiscal, trabalhista e previdenciária.	Por ocorrência e por dia	20
25	Entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida por força do contrato.	Por ocorrência e por dia	15
26	Manter em estoque equipamentos discriminados em contrato, para uso diário.		15
27	Impor penalidades, em no máximo 15 dias da ocorrência, aos empregados que sel negarem a utilizar os equipamentos adequadamente.	Por ocorrência e por	15
28	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela, após reincidência formalmente notificada pela unidade fiscalizadora	Por item e por	30
29	Substituir os equipamentos que apresentarem defeitos e/ou apresentarem rendimento insatisfatório em até 24 horas, contadas da comunicação da CONTRATANTE.		20
30	Atender normas do Ministério do Trabalho sobre saúde, higiene e segurança do trabalho.	Por ocorrência apontada	50

#### **TABELA 02**

PONTUAÇÃO TO	TAL CORRESPONDÊNCIA
01 a 50	glosa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da fatura mensal
51 a 100	glosa de 1,0% (um por cento) do valor da fatura mensal
101 a 150	glosa de 2,0% (dois por cento) do valor da fatura mensal
151 a 200	glosa de 3,0% (três por cento) do valor da fatura mensal
201 a 250	glosa de 4,0% (quatro por cento) do valor da fatura mensal
Acima de 250	glosa de 5,0% (cinco por cento) do valor da fatura mensal

Página 58 de 60







Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica Gerência de Gestão de Contratos

# ANEXO III – DA MINUTA DE CONTRATO MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

Contrato:/2024	N° da OF/O.S:
Objeto:	-
Contratante: SEMA-MT	
Contratada:	
or este instrumento, atestamos, pa	ra fins de cumprimento do disposto no artigo 140, da Lei n.º
1.133/2021, que os serviços/bens rel	acionados na O.F/O.S. acima identificada, foram recebidos nesta
ata e serão objetos de avaliação	quanto à conformidade de qualidade. Ressaltamos que o
ecebimento definitivo destes bens	ocorrerá em até () dias, desde que não ocorram
roblemas técnicos ou divergências	quanto às especificações constantes do Termo de Referência
<u> </u>	, , , , , , , , , , , , , , , , , , ,
arreconndente an Contrato cunracita	ado
orrespondente ao Contrato supracita	ado.
	ado.
DE ACORDO	
DE ACORDO	CONTRATADA:
DE ACORDO	
DE ACORDO CONTRATANTE:	CONTRATADA:
DE ACORDO CONTRATANTE: Fiscal do Contrato	CONTRATADA:
orrespondente ao Contrato supracita  DE ACORDO  CONTRATANTE:  Fiscal do Contrato  Nome:  Matrícula:	CONTRATADA:

Página 59 de 60







Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica Gerência de Gestão de Contratos

## ANEXO IV – DA MINUTA DE CONTRATO MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

N° da OF/O.S

IDENTIFICAÇÃO

Cuiabá-MT,\_\_\_\_ de \_\_

Contrato: \_\_

\_\_/2024

•	
Contratante: SEMA-MT	
Contratada:	
Por este instrumento, os servidores abai	ixo identificados, para fins de cumprimento do disposto no
artigo 140 da Lei n.º 14.133/2021, atesta	am que o(s) serviço(s) ou bem(ns) integrantes da Ordem de
Fornecimento/Serviço acima identificada	a possui(em) qualidade compatível com a especificada no
Termo de Referência do contrato supraci	tado.
FISCAL DO CONTRATO	SETOR DEMANDANTE
FISCAL DO CONTRATO	SETOR DEMANDANTE
FISCAL DO CONTRATO	SETOR DEMANDANTE
FISCAL DO CONTRATO  Nome:	SETOR DEMANDANTE  Nome:

Página 60 de 60

Rua C esquina com rua F, Centro Político Administrativo • CEP: 78.049-913 • Cuiabá • Mato Grosso • sema.mt.gov.br (65) 3613-7313

\_\_\_\_\_de 2024.



